

Os profissionais atuantes nas creches de Curitiba 1977-1986: a contratação das babás ¹

Resumo

O presente artigo trata acerca dos profissionais que trabalharam diretamente com as crianças atendidas em creches de Curitiba, no período entre 1977 e 1986. Analisando as fontes localizadas que tratam desta temática foi possível identificar a forma com a qual estes profissionais foram contratados e quais os pré-requisitos foram solicitados para esta contratação. Nele é apresentada a nomenclatura utilizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba para nomear o profissional com esta função no interior das creches.

Elisangela largas luzviak Mantagute
elisangelamantagute@yahoo.com.br

Palavras-chave: Creche. Profissionais. História da educação infantil.

O presente artigo diz respeito à análise do perfil dos profissionais atuantes nas creches de Curitiba entre 1977 e 1986. Busca-se por meio deste estudo verificar a forma como os mesmos foram contratados e se ocorria algum tipo de formação destinada a eles.

¹ Nomenclatura utilizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba aos funcionários que atuavam diretamente com as crianças.

A primeira instituição pública de atendimento a crianças de 0 a 6 anos foi inaugurada em Curitiba em 1977 e desde então a Prefeitura Municipal da cidade presta este serviço aos munícipes. Com relação a escolha dos profissionais que atuam nestas unidades a história vai mostrar as tramas por meio das quais o poder público organizou este atendimento. Este artigo intenta descortinar as formas utilizadas na cidade de Curitiba e como estes profissionais foram sendo “formados” para atuar junto a estas crianças.

Sobre as fontes

As fontes para a pesquisa referente a este artigo foram encontradas em vários locais e em diferentes arquivos que guardam documentação sobre a educação infantil em Curitiba/PR. Os arquivos consultados estão dispersos em pelo menos cinco espaços na cidade: Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná; Acervo Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná; Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação; Arquivo da Fundação de Assistência Social; Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e Casa da Memória de Curitiba.

As fontes que compõem a base empírica deste estudo consistem em: legislação educacional (do âmbito federal, estadual e municipal) sobre a creche; orientações da Prefeitura Municipal de Curitiba para a rede de creches públicas; cadernos pedagógicos e planos municipais para a educação,

Outra fonte utilizada foi a oral. Houve a possibilidade de localização de uma funcionária que trabalhou na função de babá² durante o período estudado. A entrevista complementa o corpus empírico, no sentido de apontar pistas históricas, contradições e tensões acerca do atendimento ofertado nas creches públicas na cidade de Curitiba. A utilização deste tipo de fonte corrobora com Janotti, quando se refere à fonte oral:

² O termo babá é utilizado neste trabalho tendo em vista que as fontes do período utilizam tal nomenclatura para se referirem às pessoas que desenvolviam o trabalho com as crianças nas creches de Curitiba.

³ As entrevistas foram agendadas com antecedência via telefone e foram realizadas nas residências ou locais de trabalho dos entrevistados. Em média, as entrevistas tiveram duração de 1h30min. Não houve a gravação das entrevistas, pois os entrevistados não autorizaram.

O objetivo do historiador é a produção de documentos sobre a história do tempo presente visando a complementaridade e veracidade das informações, portanto o cotejo das fontes. O relato é visto como um testemunho, a versão de um indivíduo integrante de uma coletividade. A história oral rompe com silêncios provenientes do cotidiano, do fazer anônimo, relevando acontecimentos, experiências e mentalidades que não se encontram nos documentos escritos e nas versões oficiais da historiografia (1996, p.58 e 60).

As fontes examinadas provenientes dos arquivos de instituições da Prefeitura Municipal de Curitiba, as de jornais e as orais constituíram a base empírica para análise da configuração das propostas educativas destinadas às crianças de 0 a 6 anos em Curitiba na sua rede de creches oficiais. Neste sentido, concordando com Ragazzini (2001, p.14): “A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado”.

Dessa forma, o trabalho com a pesquisa das fontes foi cercado de idas e voltas aos diferentes arquivos no sentido de aglutinar informações e confrontá-las. Este esforço remete-se à Julia (2001), que entende que a tarefa do historiador na busca das fontes deve ser incessante. A habilidade de buscar pistas é fundamental e, principalmente a competência para lê-las é muito importante: “o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira” (JULIA, 2001, p. 17).

Os funcionários responsáveis pelo atendimento às crianças nas creches

Os funcionários contratados para trabalhar nas creches inauguradas entre 1977 e 1986, nas periferias da cidade de Curitiba eram selecionados na própria comunidade onde a creche estava localizada e trabalhavam através do regime de trabalho proposto pela CLT⁴.

Segundo a pedagoga entrevistada Therese Khalife⁵, que foi a primeira diretora nomeada da creche Jardim Paranaense⁶, o próprio diretor da instituição fazia a seleção

⁴ O regime CLT atende a legislação da Consolidação das Leis de Trabalho. Esta legislação regulamenta as relações individuais e coletivas de trabalho. Diferem do regime estatutário que orienta as relações trabalhistas de funcionários que prestaram concurso público.

⁵ Entrevista concedida no dia 30/08/2007. A entrevista não foi gravada e a entrevistada autorizou a

de pessoas da comunidade e os encaminhava para a Prefeitura Municipal de Curitiba - PMC a fim de proceder ao processo de contratação.

Segundo a entrevistada, caso houvesse a necessidade de demitir algum funcionário contratado, era o diretor também que o encaminhava para o processo de demissão.

A funcionária Joselita Maria Nogueira⁷, que iniciou seus trabalhos na Creche Gramados em 1979, concedeu entrevista e relatou como ocorria a contratação de pessoas moradoras da comunidade. O que ocorreu com ela própria.

As assistentes da prefeitura visitavam o conjunto e viam quem queria e precisava do emprego. Era a assistente que acompanhava o trabalho nas creches. Ela passou na minha casa e perguntou: 'Você gostaria de cuidar de crianças?' E eu respondi: "Experiência não tenho, mas eu cuido dos meus filhos, vamos ver..." Depois disso fomos à prefeitura para fazer o contrato de trabalho, teve uma perícia médica para fazer a contratação (NOGUEIRA, 2007).

Neste depoimento vê-se que a contratação era realizada de maneira informal, ou seja, não havia anúncios em busca de trabalhadores, mas sim buscava-se na própria comunidade pessoas que pudessem assumir os cargos que estavam disponíveis nas creches para o atendimento às crianças.

A contratação dos funcionários no próprio conjunto habitacional era uma maneira de manter o pagamento da moradia. Ou seja, as pessoas que foram alocadas nos conjuntos habitacionais precisavam de uma remuneração para que pudessem pagar a casa que receberam. Assim, de acordo com a depoente, tanto para a PMC quanto para o morador da comunidade, era benéfica esta busca por trabalhadores dentro do próprio conjunto habitacional.

No entanto, no Jornal Estado do Paraná, apreço uma solicitação do Movimento de Creche com relação aos funcionários que trabalham nas creches: "Para o pessoal que

divulgação de seu nome no trabalho. Therese Khalife atualmente está aposentada das funções que desenvolvia dentro da PMC.

⁶ Esta creche foi a segunda instituição inaugurada, em 1977, localizada no bairro Alto Boqueirão.

⁷ Entrevista concedida no dia 03/09/2007. A entrevista não foi gravada e a entrevistada autorizou a divulgação de seu nome no trabalho, assim como a utilização das fotografias de sua documentação funcional na PMC.

trabalha nas creches, o movimento pede dois salários mínimos para cada seis horas de trabalho, registro em carteira, pagamento em dia” (JORNAL ESTADO DO PARANÁ, 10/05/1983). Esta solicitação de *pagamento em dia* pode denunciar um possível atraso nos vencimentos e também uma solicitação de seis horas de trabalho, que ainda figura nas solicitações dos funcionários de creches atualmente.

A funcionária entrevistada possui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, na qual consta o registro de trabalho realizado pela PMC, como se pode observar na imagem a seguir:

CONTRATO DE TRABALHO 11

Empregador Fundação de Recuperação do Indigente

Rua Av. Água Verde Nº 1320

Município Curitiba Est. Paraná

Esp. do estabelecimento antefunil

Cargo Babá

C.B.O. nº

Data admissão 16 de Abril de 19 79

Registro nº 36.69.116 Fis/Ficha 12

Remuneração especificada R\$ 1.450,00 (Hum. Mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros)

FUNDAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO INDIGENTE

Ass. do empregador ou a rgo e/ test.

1º _____

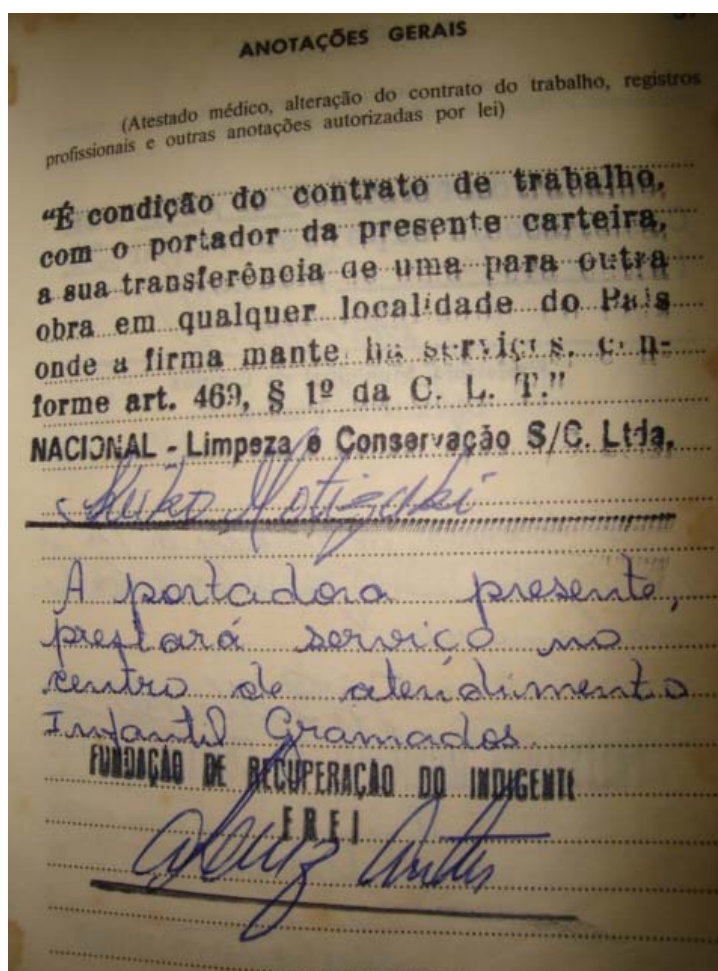
2º _____

FOTOGRAFIA 1 - CONTRATO DE TRABALHO DE JOSELITA MARIA NOGUEIRA
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE JOSELITA MARIA NOGUEIRA, 2007.

Na imagem verifica-se que não foi a PMC diretamente quem assinou o contrato de trabalho com a funcionária e sim a Fundação de Recuperação do Indigente – FREI, órgão responsável pela contratação dos funcionários, que trabalhariam nas creches, nomeados pela PMC.

Nota-se também a designação da função: *babá*. De acordo com o dicionário Michaelis a palavra *babá* significa: ama de leite. Ora esta nomenclatura dada aos profissionais atuantes nas creches reflete uma marca história no Brasil (Maud, 2004) acerca do papel das amas de leite nas famílias brasileiras. Este papel é intrínseco a nomenclatura *babá* e explica até certo ponto a atividade correspondente ao profissional da creche de Curitiba muito vinculada às questões do cuidado com a alimentação e higiene.

Na próxima imagem, observa-se que a funcionária foi encaminhada para desenvolver seu trabalho na creche Gramados, inaugurada em 1979, creche esta que estava localizada no mesmo bairro onde a entrevistada tinha sido alocada em Conjunto Habitacional pela PMC:



FOTOGRAFIA 2 - PÁGINA DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JOSELITA MARIA NOGUEIRA
FONTE: ARQUIVO PESSOAL JOSELITA MARIA NOGUEIRA, 2007.

A funcionária Joselita Maria Nogueira, foi contratada para exercer a função de babá na creche Gramados. Quando as creches foram inauguradas – 1977 - apresentavam um quadro de funcionários que consistia em: babás (que atendiam as crianças), cozinheiras, auxiliares de cozinha, serventes, vigias, lavadeiras, auxiliares de serviços gerais e administradores. O número de funcionários variava de acordo com o tamanho da creche e o número de crianças atendidas.

Tais categorias de funcionários eleitas pela PMC vão ao encontro do que foi prescrito no *Guia para montagem de uma creche*, editado em 1976, época em que as creches são inauguradas em Curitiba. O guia estabelecia que a creche deveria contar com: “... uma responsável técnica, pessoal que acompanha e trata diretamente das crianças e pessoal que assegure os serviços domésticos e preparação das refeições” (GRANGER, 1976, p.112).

Esse pessoal, como se pode observar, poderia garantir o atendimento às crianças, de acordo com os preceitos estabelecidos pela PMC, que diziam respeito à segurança, alimentação, higiene e aspectos sociais e emocionais.

Esta contratação vai de encontro com os ideais dos movimentos sociais da época que exigiam segundo o depoente Jairo Graminho de Oliveira (2007) “pessoal técnico”. As babás contratadas nos próprios conjuntos habitacionais estavam longe da formação técnica apontada pelo movimento social em Curitiba.

Não foi encontrada em documentos oficiais da PMC a distribuição dos funcionários nas creches, tal informação pôde ser coletada apenas nos jornais editados na época. Através deles, pôde-se recuperar algumas informações.

No quadro a seguir, visualiza-se o número de funcionários relacionado ao número de crianças atendidas nas creches:

Nome da Creche	Ano de Inauguração	Número de Crianças Atendidas	Número de Funcionários
Santa Helena	1984	60	4 babás 1 auxiliar de serviços gerais 1 servente 1 cozinheira 1 administrador 1 vigia
Tiradentes	1984	50	4 babás 1 auxiliar de serviços gerais 1 servente 1 cozinheira 1 administrador
Liberdade	1985	120	10 babás 1 auxiliar de serviços gerais 2 serventes 1 cozinheira 2 auxiliares de cozinha 1 administrador 1 lavadeira
Vila Vitória	1985	120	10 babás 3 auxiliares de serviços gerais 1 cozinheira 2 auxiliares de cozinha 1 administrador 1 vigia
Coqueiros	1985	120	10 babás 3 auxiliares de serviços gerais 1 cozinheira 2 auxiliares de cozinha 1 administrador 1 vigia

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
EM CRECHES DE CURITIBA 1984-1985

FONTE: JORNAL FOLHA DE CURITIBA, 20/06/1984; JORNAL GAZETA DO POVO, 13/04/1985;
JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS, 13/03/1985 E JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS, 22/10/1985

Analisando o quadro apresentado, verifica-se que a PMC contratava, em média, uma babá para cada 12 crianças inscritas na creche. Isso não ocorreu na Creche Santa Helena, cuja média subiu de 12 para 15 crianças. Em contrapartida, no livro *Comunidade*

*Infantil: creche*⁸, publicado pela primeira vez em 1978, o qual orientava acerca da montagem e funcionamento de uma creche, há a indicação do número de crianças para cada educador, segundo a Organização Mundial da Saúde:

Número de Adultos	Número de Crianças	Faixa Etária
1	5	3 meses a 1 ano
1	5	1 a 2 anos
1	10	2 a 4 anos
1	12	4 a 6 anos

QUADRO 2 - RELAÇÃO DE ADULTO/CRIANÇA, RECOMENDADA PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

FONTE: AUGUSTO, 1985, p. 50.

Observando o quadro, e a proposta de relação adultoXcriança feita por Augusto (1985), deduz-se que de acordo com estes dados, possivelmente havia um número de crianças excedente para cada babá nas creches de Curitiba. Assim sendo, avalia-se se havia falta de profissionais ou então havia uma supressão da demanda de babás nas creches. Situação esta plausível já que a contratação das babás era realizada de maneira quase que informal, com poucos critérios para fazê-la.

Somente em 1985 ocorreu o primeiro Concurso Público para a contratação de funcionários para a atuação em creches públicas de Curitiba. Este concurso foi um marco no que diz respeito ao processo de implantação das creches em Curitiba. O Concurso, realizado na administração do então prefeito Maurício Fruet, teve seu edital publicado no *Diário Oficial – Estado do Paraná – Atos do Município de Curitiba*, no dia 24/07/1985.

O edital de número 9, assinado pelo então diretor do Departamento da Administração – Joaquim Macalossi abria concurso público para:

(...) administrador de creche, babá, encarregado de cozinha de creche, auxiliar de cozinha de creche, atendente de lavanderia, guardião (vigia) e auxiliar de serviços gerais (operário e servente). (DIÁRIO OFICIAL, 1985, p. 9).

⁸ A 1ª edição foi publicada em 1978, com o objetivo de “...orientar para a construção e funcionamento de creches que atendam às exigências da pediatria contemporânea e ofereçam melhor assistência à criança” (AUGUSTO, 1985, prefácio da 1ª edição).

No mesmo edital, a PMC apresentava os critérios para inscrição no concurso:

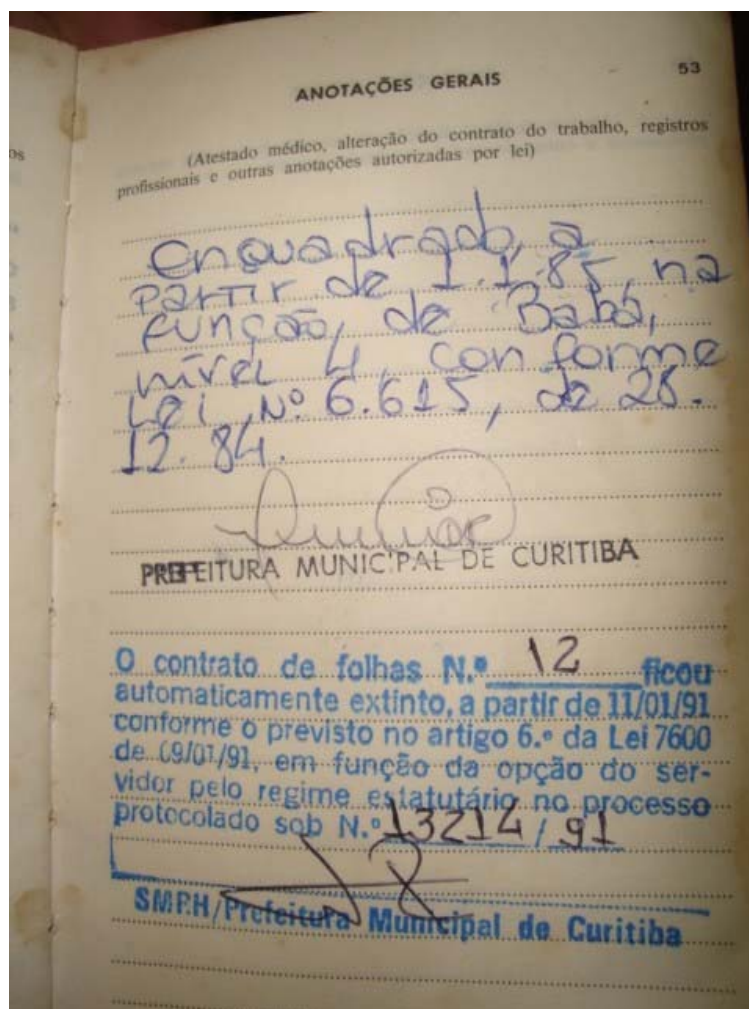
(...) ter idade mínima de 18 anos completos e máxima de 40; estar quite com o serviço militar; para Administrador de Creche, possuir o 2º grau completo; para babá possuir o 1º Grau incompleto (4ª série); para encarregado de cozinha de creche, auxiliar de cozinha de creche, atendente de lavanderia, guardião (vigia) e auxiliar de serviços gerais (servente e operário), ser alfabetizado (saber ler e escrever) (DIÁRIO OFICIAL, 1985, p. 9 e 10).

Nos requisitos, expostos no edital, pode-se observar que as exigências da PMC com relação à escolarização dos novos funcionários públicos que iriam atuar nas creches de Curitiba eram limitadas, pois apenas o Administrador de Creche recebia a exigência do 2º Grau. Interessante verificar que as babás, responsáveis pelo desenvolvimento físico, emocional e social das crianças, de acordo com os documentos da PMC de propostas para creches, recebiam a exigência apenas do 1º Grau incompleto para assumir esta função na creche.

Em contrapartida, o Ministério da Educação e Cultura, através do Conselho Federal de Educação, no Parecer Nº 1600/75 – CE 1º/2º graus, aprovado em 09/05/1975 orientava que as professoras do pré-escolar deveriam possuir formação no Magistério em nível de 2º Grau.

Neste sentido verifica-se a diferenciação existente entre a contratação de funcionários para atuarem em pré-escolas e em creches, o que caracteriza uma das distinções existentes entre a história da pré-escola e a história das creches no Brasil. Estas histórias por vezes se confundem nos documentos oficiais.

A funcionária Joselita Maria Nogueira declarou que participou do concurso público realizado em 1985 pela PMC. Relatou que foi até uma escola, da qual ela não se recorda o nome, fez uma prova e em seguida passou a ser funcionária estatutária. Pode-se verificar tal mudança em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social:



FOTOGRAFIA 3 - PÁGINA DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JOSELITA MARIA NOGUEIRA
FONTE: ARQUIVO PESSOAL JOSELITA MARIA NOGUEIRA, 2007.

No período anterior ao Concurso Público, havia uma preocupação em manter um treinamento e capacitação para os funcionários contratados na comunidade. Percebe-se que mesmo neste treinamento, a PMC deixava clara a sua postura no que diz respeito à educação da comunidade na qual a creche estava inserida. No Jornal Tribuna do Paraná, tem-se uma breve descrição deste programa de treinamento:

O Departamento de Desenvolvimento Social mantém uma equipe técnica para treinamento do pessoal que atua na área pré-escolar, para o aperfeiçoamento melhor dos atendentes, que são da própria comunidade onde funciona a creche. A capacitação de pessoas da própria área para o trabalho na creche, por exemplo, tem um efeito

multiplicador junto à comunidade como um todo, que também se enriquece à medida que novos hábitos vão sendo incorporados (JORNAL TRIBUNA DO PARANÁ, 10/06/1981).

Em outra reportagem, no Jornal do Estado, foi divulgado mais um programa de capacitação das babás das creches, em parceria com a Fundação Cultural de Curitiba – *Projeto Treinamento de Agentes Multiplicadores*:

(...) trata-se de um treinamento para babás e recreacionistas nas áreas de recreação, artesanato, artes plásticas e teatro de bonecos. O projeto as beneficia, pois a escolaridade das babás é de 1º grau e das recreacionistas é de 2º grau (JORNAL DO ESTADO, 09/07/1985).

Na avaliação da PMC, segundo a reportagem do jornal acima citado, concluindo que o curso beneficiava as funcionárias devido a pouca escolaridade que elas possuíam, percebe-se que não aparece a preocupação com a utilização das informações recebidas nos cursos com as crianças. Cabe, então, refletir se estes cursos eram para que as babás utilizassem seus aprendizados com as crianças ou para que elas tivessem acesso à cultura.

A questão da formação inicial ou formação em serviço é também analisada por Kuhlmann Jr:

A situação das pessoas que trabalham nas creches brasileiras não é algo que se possa pensar em reverter a partir de uma proposta de formação em serviço. Esta poderá resultar em algum benefício consistente e duradouro caso esteja sendo proporcionada concomitante com outras medidas, tais como a regularização das condições de trabalho, a valorização salarial e a formação prévia ou inicial, bem como o favorecimento da escolarização básica e específica daqueles que estão atuando, iniciativas que envolvem toda uma política para a educação infantil (1998, p. 204).

Interessante observar que na documentação pesquisada, não foi encontrado material específico que tratasse das questões referentes aos funcionários das creches, nem ao que diz respeito às suas atribuições ou vencimentos mensais ou até mesmo sobre seu processo de contratação.

Encontra-se apenas que os mesmos eram recrutados na própria comunidade e em algumas poucas passagens, a preocupação com a sua capacitação, como se vê a seguir:

“A capacitação de pessoas da própria área para o trabalho na creche, por exemplo, tem um efeito multiplicador junto à comunidade como um todo, que também se enriquece a medida que novos hábitos vão sendo incorporados” (IPPUC, 1980, p. 10).

Apenas um documento produzido no ano de 1988 – *Processo de Implantação de Creches – Gestão 86/88* – foi localizado, o qual se referia ao número de funcionários contratados para o trabalho em creches de Curitiba. A seguir o quadro referente a estes dados do período de 1977 a 1985:

Administração Municipal	Número de funcionários contratados
1977 a 1978	59 funcionários
1979 a 1982	306 funcionários
1983 a 1985	100 funcionários

QUADRO 3 - FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS PARA ATUAR NAS CRECHES DE CURITIBA 1977-1985
FONTE: P.M.C. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. DEPARTAMENTO DA CRIANÇA, 1988, p. 77.

A partir do quadro verifica-se que em 9 anos de instalação das creches públicas em Curitiba, totalizando 33 creches em funcionamento, havia sido feita a contratação de 465 funcionários em diferentes funções atuando diretamente com as crianças e famílias, nas creches da cidade. Com estes números pode-se inferir que em média, cada creche contava com 14 funcionários levando-se em consideração nesta contagem todas as funções específicas que havia na creche.

No final do ano de 1986, após a efetivação dos funcionários de creches por meio do Concurso Público de 1985, foi publicado o primeiro *Manual de Orientações Técnico-Administrativas do Programa Creche*. Este manual foi elaborado⁹ na gestão do então prefeito Roberto Requião que criou por meio do decreto 180 de 05/03/1986 a Secretaria

⁹ Equipe elaboradora: Departamento de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Diretora: Schirle Margaret dos Reis. Equipe: Carmem Lucia Sbalqueiro Lopes, Célia Braga Figueiredo Faysano, Ida Regina Moro Milléo, Ingrid Jane Giralde de Souza, Jeanny Rose Mancini de Oliveira, Lory Lamberty Imfeld, Luci Madalena Daros, Lúcia Lima Ramalho Casagrande, Márcia Mazzarotto, Maria Bernadete Mader Ribas, Maria das Dores Tucunduva Santos, Maria Lúcia Tucunduva Menoncin, Rose Meri Trojan e Sandra Maria Seixas.

Municipal de Desenvolvimento Social, a qual a partir desta data ficou responsável pelas creches em Curitiba.

Pela primeira vez verificou-se na documentação da PMC consultada, a indicação de normas de funcionamento para creches, assim como as funções específicas de cada categoria de funcionário dentro da creche. Neste manual são eleitas as seguintes funções para o funcionamento das creches públicas em Curitiba: administrador da creche, cozinheiro, auxiliar de cozinha, lactarista, auxiliar de serviços gerais, babá, lavadeira, vigia e estagiário.

Dentro das funções específicas para as babás na creche, verifica-se que a questão do cuidado com a criança aparece destacada nas especificidades do trabalho das mesmas:

Orientar e acompanhar a criança na sua higiene pessoal (escovação de dentes, higiene das mãos antes e após as refeições, na ida ao banheiro e no banho);
Dar os medicamentos e dieta para a criança conforme receita médica;
Manter a higiene pessoal (unhas aparadas, mãos limpas, etc...) (PMC, 1988, p.22).

Nota-se que em tais especificidades, a babá é responsabilizada por manter durante o período de permanência da criança na instituição, a perfeita higiene da criança. Esta função específica coincide com as indicações dos documentos da PMC com relação ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos. “...o Centro de Atendimento Infantil, além de proporcionar às crianças, de até 6 anos, a proteção necessária ao seu desenvolvimento e contribuir sensivelmente para a melhoria dos índices de higiene e alimentação” (IPPUC, 1978, sem paginação). Vale dizer que as crianças desta faixa etária necessitam da supervisão de um adulto para realizar estas tarefas. Neste sentido, tais tarefas das babás são realmente, condizentes com o próprio atendimento que a mãe poderia oferecer para a criança se esta estivesse sob seus cuidados no lar.

Outras funções descritas para a babá dizem respeito às questões de cuidado das crianças vinculado com algumas regras da instituição:

Responsabilizar-se pelas crianças de sua turma, durante o período em que estiverem na creche (educação, segurança, higiene e saúde), bem como auxiliar no cuidado de todas as crianças, nos horários em que estiverem fora da sala;
Receber e entregar as crianças aos responsáveis nos horários em que estiverem fora da sala;
Receber e entregar as crianças aos responsáveis nos horários estabelecidos pela creche;
Controlar a frequência das crianças comunicando ao administrador o excesso de faltas;
Organizar e manter a ordem do ambiente, onde se desenvolve as atividades com as crianças; (PMC, 1988, p.22).

Nestas atividades específicas da babá, verifica-se a responsabilização das mesmas frente ao aspecto de segurança das crianças na instituição, ou seja, a babá era a pessoa responsável por entregar as crianças aos responsáveis (pais ou pessoas autorizadas), o controle da frequência da criança a instituição, o que pode ser atrelado a necessidade efetiva ou não da criança ter a vaga na creche. Pode-se inferir que o *controle* e a *organização* eram atividades importantes na rotina das babás com as crianças, tendo em vista as funções que lhe foram atribuídas.

Em outro conjunto de funções específicas das babás nota-se a preocupação com o plano educativo especificamente:

Discutir com o administrador e/ou coordenador do programa creche, qualquer dúvida e/ou dificuldade em relação às crianças e suas famílias, quando identificar problemas de aprendizagem das crianças, *acatando a orientação recebida*; Atender as crianças respeitando seu estágio de desenvolvimento de acordo com o plano de trabalho;
Promover a adaptação das crianças admitidas na creche (PMC, 1988, p.22, grifos meus).

Nestas indicações para as atividades delas, percebe-se de forma mais contundente as questões educativas da creche, que estavam preocupadas com o estágio de desenvolvimento da criança e com sua adaptação à rotina da creche. Fica clara também a hierarquia presente na creche, pois a babá deveria *acatar* o que a administradora da creche lhe indicasse a fazer.

O Manual, ainda indica as funções específicas dos estagiários que atuavam com as crianças de 7 a 12 anos:

- Responsabilizar-se pelas crianças de sua turma, durante o período em que estiverem na creche (educação, higiene e saúde)
- Controlar a frequência das crianças comunicando ao administrador o excesso de faltas;
- Organizar e manter a ordem do ambiente, onde se desenvolve as atividades com as crianças;
- Discutir com o administrador e/ou coordenador do programa creche, qualquer dúvida e/ou dificuldade em relação às crianças e suas famílias, quando identificar problemas de aprendizagem das crianças, acatando a orientação recebida;
- Participar com os demais funcionários no planejamento de educação da criança;
- Estimular e dar oportunidade (ambiente adequado) às crianças para realização das tarefas escolares, (definindo o horário com as crianças);
- Participar de reuniões e treinamentos quando convocado (PMC, 1988, p.24).

Da mesma forma que para as babás, as funções dos estagiários estavam divididas em questões referentes à higiene, segurança e questões educativas. Para os estagiários ainda aparece a questão das tarefas escolares, pois as crianças de 7 a 12 anos permaneciam na creche no período contrário ao que permanecia na escola. Para os estagiários, ainda verifica-se a função de participação em treinamentos quando convocado pela PMC.

Considerações finais

Com base nas fontes analisadas no percurso da pesquisa e escrita do presente artigo verifiquei que dois foram os fatores que mudaram o perfil dos profissionais que trabalhavam nas creches em Curitiba. O primeiro foi concurso público para contratação dos profissionais que atuavam diretamente com as crianças atendidas nas creches. Embora este concurso tenha ocorrido 8 anos após a inauguração da primeira creche em Curitiba, ele foi o marco para uma definição mínima de critérios para a contratação destes profissionais.

Até então, os primeiros profissionais eram contratados de maneira improvisada confirmando a ideia de eles estariam apenas substituindo a mãe. Rosenberg (1989, p.91) aponta para a problemática de compreender a creche como instituição substituta da mãe:

Isto acarreta um não reconhecimento e uma desvalorização do trabalho do pessoal, pois a creche aparece como um mal menor e não como um local específico tendo valor próprio. Esta confusão de papéis não ajuda a resolver o problema da rivalidade entre pais e pessoal, pois ambos acabam se colocando no mesmo papel, no mesmo terreno. (...) Por outro lado, por ser tida como instituição de emergência e substituta, respondendo apenas a uma necessidade circunstancial, a posição que a creche tem ocupado nos planos governamentais – a verba que lhe tem sido alocada, a previsão de expansão de suas vagas, a criação de serviços que lhe sejam indispensáveis (por exemplo, cursos de formação para seus profissionais) – não corresponde a uma avaliação intrínseca de quais sejam as necessidades da criança socializada nesta instituição.

O segundo fator determinante para a mudança do status do profissional que atenderia às crianças nas creches foi a elaboração do primeiro Manual de Orientações Técnico-Administrativas do Programa Creche, que consolidou as tarefas e o modelo de trabalho proposto pelo poder público municipal para estas instituições.

Estas mudanças ao longo da história do atendimento público à criança de 0 a 6 anos demonstram o lugar da infância e também as propostas destinadas a elas.

Fontes

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Aspectos sociais do Plano de desfavelamento de Curitiba**. Curitiba: Departamento do Bem Estar Social, Diretoria do Serviço Social, ago/1978.

_____. **Proposta de expansão do programa de atendimento infantil para Curitiba**. Curitiba: Departamento de Desenvolvimento Social, 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. DEPARTAMENTO DA CRIANÇA. **Manual de Orientações Técnico-Administrativas do Programa Creche**. Curitiba, set/1986.

_____. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. DEPARTAMENTO DA CRIANÇA. **Processo de Implantação de creches – gestão 86/88**. Curitiba, dez/1988.

_____. FREI – FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Pesquisa sobre as associações de moradores de Curitiba**. Curitiba, set/1992.

Imprensa oficial

Diário Oficial – Estado do Paraná – Atos do Município de Curitiba – 24/07/1985

Diário Oficial – Estado do Paraná – 05/11/1985

Jornais

Correio de Notícias, 13/03/1985

Correio de Notícias, 22/10/1985

Folha de Curitiba, 20/06/1984

Gazeta do Povo, 13/04/1985

Gazeta do Povo, 02/08/1985

Gazeta do Povo, 25/10/1985

Jornal do Estado, 09/07/1985

Tribuna do Paraná, 10/06/1981

Fontes orais

JAIRO GRAMINHO DE OLIVEIRA. *Entrevista*. Curitiba, 31 outubro 2007.

JOSELITA MARIA NOGUEIRA. *Entrevista*. Curitiba, 03 setembro 2007.

THERESE KHALIFE. *Entrevista*. Curitiba, 30 julho 2007.

Referências

AUGUSTO, M. **Comunidade infantil: creche**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1985.

JANOTTI, M. L. M. Refletindo sobre história oral: procedimentos e possibilidades. In: MEIHY, J. C. S. (org) **(Re)pletindo História oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p.56-62.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Autores Associados/SBHE, n. 1, 2001, p. 9-43.

KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Mauad, A. M. A Vida das crianças de elite durante o império. In PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 137-176.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar em Revista**. Curitiba, nº18, 2001, p. 13-28.

ROSEMBERG. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. In: ROSEMBERG, F. **Temas em destaque – Creche**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 90-103.